



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 274539-7

Agravante: International Commodity Trade S/A

Agravado: Banco Industrial e Comercio S/A

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

ACÓRDÃO

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ACOLHIDA PELO JUIZ “A QUO” – INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA COMARCA DE ESCADA PARA JULGAR A AÇÃO REVISIONAL INTERPOSTA PELA AGRAVANTE – COMPETÊNCIA DO FORO DE SÃO PAULO – LIMINAR REVOGADA - RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS - AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Cinge-se a controvérsia a determinar, primeiramente, i) se o diploma consumerista aplica-se a contrato de arrendamento mercantil financeiro e ii) a validade de cláusula de eleição de foro firmada nos referidos contratos.
2. A International Commodity, ora recorrente, alega ser o juízo da Comarca de Escada o competente para processar e julgar a Ação Revisional de Cláusulas Contratuais por ela interposta, por força do CDC.
3. A jurisprudência do STJ tem admitido a aplicação do CDC à pessoa jurídica empresária excepcionalmente, quando evidenciada uma típica relação de consumo, consubstanciada naquela em que uma parte é fornecedora e a outra, adquirente ou utente vulnerável; ou por equiparação, nas situações previstas pelos arts. 17 e 29 do CDC (REsp 476.428/SC, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 09/05/2005 e REsp 661.145/ES, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 28/03/2005).
4. Essa é a hipótese dos autos, pois nos contratos de arrendamento mercantil em comento, o Banco Industrial figura como arrendante, com a finalidade de arrendar determinado bem – no caso maquinários agrícolas - tendo como arrendatária a International Commodity Trade S/A, a qual adquire a posse direta do bem por prazo determinado, figurando como consumidor.
5. Constatada a aplicação do CDC no feito vertente, passa-se a analisar a validade da cláusula de eleição de foro estipuladas nos contratos em tela.
6. A abusividade da cláusula de eleição de foro não decorre só do fato de o contrato em que ela está contida ter sido de adesão, como no caso dos autos, até porque, mesmo em contratos de adesão a cláusula eletiva de foro pode ter validade.
7. O fato isoladamente considerado de que a relação entabulada entre as partes é de consumo não conduz à imediata conclusão de que a cláusula de eleição de foro inserida em contrato de adesão é abusiva, sendo necessário para tanto, nos termos assentados, verificar, no caso concreto, se o foro eleito pelas partes inviabiliza ou mesmo dificulta, de alguma forma, o acesso ao Poder Judiciário.
8. Impõe-se, assim, aferir se a cláusula do foro de eleição revela-se, no caso concreto, abusiva, seja pelo reconhecimento de ausência de inteligência suficiente para compreender as consequências desta, seja em razão da exclusividade dos serviços prestados pelo fornecedor, seja pelo reconhecimento de que o foro eleito pelas partes, por qualquer outra circunstância, implique especial dificuldade ao acesso do Poder Judiciário da

Bu.

parte hipossuficiente (*ut* REsp 56711/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 20/03/1995).

9. Tão somente o fato de a empresa recorrente litigar com uma instituição bancária do porte da agravada não a torna pessoa jurídica vulnerável e hipossuficiente, mormente quando se considera a situação financeira da agravante no momento da celebração do contrato, que a credibilizou para celebrar com o Banco Industrial contratos no expressivo valor total de R\$ 2.052.000,00 (dois milhões e cinquenta e dois mil reais).

10. Quanto a alegada litigância de má-fé por parte da agravada por ter esta, no entendimento da recorrente, omitido fatos juridicamente relevantes ao não informar no juízo de primeiro grau que interpôs uma ação de falência junto à 18ª Vara Cível da Comarca da Capital e uma ação possessória na Comarca de São Paulo, não merece prosperar, primeiro porque a ação de falência tem regras próprias, a fixação da competência nas causas falimentares é disciplinada pelo que dispõe o art. 3º, da Lei 11.101/05.

11. Segundo porque a agravada estaria defendendo o seu interesse de ver as ações que guardam relação com os contratos em questão julgadas pelo foro da Comarca de São Paulo, o que ocorre com a interposição da presente exceção de incompetência, nos termos das cláusulas de eleição de foro constante nos contratos.

12. Negado provimento ao Agravo de Instrumento, revogando, por conseguinte, a liminar anteriormente deferida (fls. 143/145).

16. Prejudicado o Agravo Regimental em apenso (274539-7/01).

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº. 274539-7, em que figuram como Agravante **INTERNATIONAL COMMODITY TRADE S/A** e, como Agravado, **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIO S/A**, acordam os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em negar provimento ao Agravo de Instrumento e, por consequência, revogar a liminar anteriormente deferida (fls. 143/145), declarando prejudicado o Agravo Regimental em apenso (274539-7/01), nos termos do voto do relator, proferido na sessão do dia 15 de agosto de 2013.

Recife,

2-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 274539-7

Agravante: International Commodity Trade S/A

Agravado: Banco Industrial e Comercio S/A

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela International Commodity Trade S/A, contra decisão interlocutória (fls. 24/25 – TJPE) exarada pelo Juiz de direito da 2ª Vara da Comarca de Escada que, nos autos da Exceção de Incompetência nº 0000215-47.2012.8.17.0570, tendo como excipiente Banco Industrial e Comércio S/A - BICBANCO, declinou de sua competência para o juízo de direito da Comarca de São Paulo/SP, em decorrência da cláusula de eleição de foro constante do contrato pactuado entre as partes e, por conseguinte, revogou a decisão de fls. 479 (ação ordinária) que antecipou parcialmente os efeitos da tutela pretendida pelos exceptos, levantando-se o mandado de manutenção de posse.

Decisão Interlocutória do Relator Substituto (fls. 143/145)

Considerou legítimo o direito do agravante em ter anulada a cláusula de eleição de foro, com a transferência da competência para o seu domicílio e, desse modo, deferiu a tutela recursal antecipada a fim de conceder o efeito suspensivo à decisão interlocutória combatida, para manter a competência da 2ª Vara da Comarca de Escada/PE.

Razões do Agravo (fls. 02/22)

Aduz a Agravante:

- a) violação ao devido processo legal (art. 128 do CPC), na medida em que o juízo "a quo" fundamentou sua decisão com argumentos não suscitados pela agravada;
- b) o contrato de adesão como sendo a hipótese em tela, sendo necessário o reconhecimento da competência no domicílio da agravante;
- c) a competência do juízo da Comarca de Escada/PE por força do CDC e,
- d) litigância de má-fé por parte da agravada ao omitir fatos juridicamente relevantes, tais como a propositura por ela agravada de ação de falência junto à 18ª Vara

Bu.

Cível do Recife sobre os mesmos fatos da ação ordinária, e ação possessória que tramita na 3ª Vara cível do Fórum João Mendes em São Paulo.

Contrarrazões ao Agravo (fls. 154)

Não houve contrarrazões por parte da agravada, embora devidamente intimada (certidão de fls. 154).

É o relatório. Peço Pauta.

Recife, 28-2-2013


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relatora

3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 274539-7

Agravante: International Commodity Trade S/A

Agravado: Banco Industrial e Comércio S/A

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

VOTO

Primeiramente, alega a agravante violação ao devido processo legal (art. 128 do CPC), na medida em que o juízo "*a quo*" fundamentou sua decisão com argumentos não suscitados pela agravada.

Em atenção ao **princípio da adstrição**, preconizado nos artigos 128 e 460 do CPC, há limitação imposta à prestação jurisdicional, devendo o magistrado, ao proferir a sentença, ater-se aos estritos termos em que deduzidos a causa de pedir e o pedido.

No feito vertente, os limites objetivos, traçados na inicial, foram devidamente observados pelo magistrado singular na decisão ora impugnada, não havendo falar em nulidade da sentença, por vício *extra petita* (e não por violação ao devido processo legal), ao declinar de sua competência na exceção oposta pela agravada, não se afastando, assim, dos limites do pedido.

Dessa forma, o argumento do agravante de violação ao disposto no artigo 128 do Código de Processo Civil não merece prosperar, porquanto houve adstrição da decisão com a pretensão veiculada.

Na decisão interlocutória exarada pelo relator substituto às fls. 143/145, ficou registrado que, embora a cláusula de eleição do foro, em princípio, seja válida e eficaz, é entendimento, inclusive pacificado no STJ, que pode ser afastada a estipulação por abusiva.

Nesse sentido, entendeu o relator substituto que "quando o foro de eleição dificultar, sobremaneira, a defesa e o acesso ao judiciário; tratar-se de contrato de adesão, em que tolhida a oportunidade de ajuste prévio e livre discussão pelo aderente; e demonstrada a hipossuficiência de uma das partes, em relação à outra, a jurisprudência é uníssona em admitir a relativização do princípio do *pacta sunt servanda*, desconsiderando a estipulação contratual".

Assim, fundamenta o eminente relator o seu deferimento da liminar, no fato de que "o foro eleito, no presente caso, caracteriza um verdadeiro obstáculo, um



grave e inadmissível impedimento do acesso à justiça, garantido constitucionalmente, eis que exigiria elevado custo para exercer o seu direito, ante a enorme distância entre sua sede e o juízo eleito, com custo de deslocamento e hospedagem, bem como contratações de profissional e informativos locais para o acompanhamento processual, dentre outros”.

Entretanto, com a devida vênia ao relator substituto que proferiu a referida decisão interlocutória, a meu ver, cinge-se a controvérsia a determinar, primeiramente, i) se o diploma consumerista aplica-se a contrato de arrendamento mercantil financeiro e ii) a validade de cláusula de eleição de foro firmada nos referidos contratos.

Pois bem, a International Commodity, ora recorrente, alega ser o juízo da Comarca de Escada o competente para processar e julgar a Ação Revisional de Cláusulas Contratuais por ela interposta, por força do CDC.

A jurisprudência do STJ tem admitido a aplicação do CDC à pessoa jurídica empresária excepcionalmente, quando evidenciada uma típica relação de consumo, consubstanciada naquela em que uma parte é fornecedora e a outra, adquirente ou utente vulnerável; ou por equiparação, nas situações previstas pelos arts. 17 e 29 do CDC (REsp 476.428/SC, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 09/05/2005 e REsp 661.145/ES, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 28/03/2005).

Essa é a hipótese dos autos, pois nos contratos de arrendamento mercantil em comento, o Banco Industrial figura como arrendante, com a finalidade de arrendar determinado bem – no caso maquinários agrícolas - tendo como arrendatária a International Commodity Trade S/A, a qual adquire a posse direta do bem por prazo determinado, figurando como consumidor final.

Assim, constatada a aplicação do CDC no feito vertente, passa-se a analisar a validade da cláusula de eleição de foro estipuladas nos contratos em tela.

Por oportuno, deve-se ressaltar que a abusividade da cláusula de eleição de foro não decorre só do fato de o contrato em que ela está contida ter sido de adesão, como no caso dos autos, até porque, mesmo em contratos de adesão a cláusula eletiva de foro pode ter validade. Nesse sentido, veja-se o seguinte precedente: REsp 930.875/MT, 3ª turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 17/06/2011; AgRg no REsp 369.762/MA, 3ª Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina, DJe de 28/02/2011.

Igualmente, nos contratos que encerram vultuoso valor econômico, notório poder econômico das partes, entre outros, o c. STJ "reputa válida a cláusula de foro de eleição inserida em contrato de adesão, a despeito da incidência do Código de Defesa do Consumidor, justamente por não aferir, nesses casos, a existência de qualquer impedimento ao exercício de defesa do consumidor". (ut CC 64524/MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 09/10/2006).

Assim, o fato isoladamente considerado de que a relação entabulada entre as partes é de consumo não conduz à imediata conclusão de que a cláusula de eleição de foro inserida em contrato de adesão é abusiva, sendo necessário para tanto, nos termos assentados, verificar, no caso concreto, se o foro eleito pelas partes inviabiliza ou mesmo dificulta, de alguma forma, o acesso ao Poder Judiciário.

Impõe-se, assim, aferir se a cláusula do foro de eleição revela-se, no caso concreto, abusiva, seja pelo reconhecimento de ausência de inteligência suficiente para compreender as conseqüências desta, seja em razão da exclusividade dos serviços prestados pelo fornecedor, seja pelo reconhecimento de que o foro eleito pelas partes, por qualquer outra circunstância, implique especial dificuldade ao acesso do Poder Judiciário da parte hipossuficiente (ut REsp 56711/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 20/03/1995).

Entendeu o relator substituto ao deferir a liminar pleiteada que "o foro eleito, no presente caso, caracteriza um verdadeiro obstáculo, um grave e inadmissível impedimento do acesso à justiça, garantido constitucionalmente, eis que exigiria elevado custo para exercer o seu direito, ante a enorme distância entre sua sede e o juízo eleito, com custo de deslocamento e hospedagem, bem como contratações de profissional e informativos locais para o acompanhamento processual, dentre outros", consignando, por outro lado, que "a instituição financeira agravada possui estabelecimentos espalhados pelo Território Nacional, dentre esses um escritório na cidade do Recife/PE, o que corrobora seu poderio econômico". (ut fl. 144 dos autos).

Acerca da hipossuficiência, conceituada como a inferioridade intelectual e técnica de uma das partes quando da celebração do contrato, a jurisprudência do STJ é no sentido de que "o porte econômico das partes e a natureza e o valor da avença firmada, são determinantes para a sua caracterização, ou seja, quando verificado que o porte econômico das partes envolvidas na demanda reflete a inexistência de

hipossuficiência, deve ser mantida a cláusula de eleição de foro (*ut* REsp 1073962-PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 13/06/2012).

Nesse aspecto, fundamentou bem o magistrado de primeiro grau a sua decisão, ao asseverar que “a norma do art. 112, parágrafo único, do CPC, prevê a nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão, a ser declarada de ofício pelo juiz declinando ele da competência para o juízo de domicílio do réu, pelo que se denota tratar-se apenas da situação em que a parte hipossuficiente, que no caso dos presentes autos seriam os exceptos na condição de consumidores, estaria na condição de ré, o que não é o caso, pois foram eles exceptos quem propuseram a ação revisional do contrato para trazer a juízo o banco excipiente. Ademais, o princípio insculpido no CDC é o de que são nulas as cláusulas que dificultem ou impossibilitem a defesa do consumidor em juízo”.

E continua, “como se pode observar, nem mesmo a condição de consumidores os exceptos podem mesmo sustentar, pois na condição de sociedade empresarial e empresários, como de fato os são, a presunção é de que dispõem de inteligência para compreender tudo que consta do contrato, bem como para eles não há qualquer forma de inviabilidade ou dificuldade de acesso ao judiciário, até porque dispõem de grandes escritórios de advocacia; e, o que é mais importante, o contrato cujas cláusulas pretendem rever não é daqueles de adesão obrigatória, como os de fornecimento de energia elétrica ou de serviço de água e esgoto ou ainda de telefonia em alguns casos, mas um serviço que é fornecido por inúmeras instituições financeiras do país” (*ut* fls. 24/25).

Dessa forma, tão somente o fato de a empresa recorrente litigar com uma instituição bancária do porte da agravada não a torna pessoa jurídica vulnerável e hipossuficiente, mormente quando se considera a situação financeira da agravante no momento da celebração do contrato, que a credibilizou para celebrar com o Banco Industrial contratos no expressivo valor total de R\$ 2.052.000,00 (dois milhões e cinquenta e dois mil reais).

Nessas condições, diante do quadro descortinado, visualiza-se a validade da cláusula de eleição de foro estipulada nos contratos em tela, sendo necessário observá-la no feito vertente, motivo pelo qual é competente para julgar a ação ordinária

revisional de cláusulas contratuais interposta pela agravante o foro da Comarca de São Paulo/SP.

Por fim, quanto a alegada litigância de má-fé por parte da agravada por ter esta, no entendimento da recorrente, omitido fatos juridicamente relevantes ao não informar no juízo de primeiro grau que interpôs uma ação de falência junto à 18ª Vara Cível da Comarca da Capital e uma ação possessória na Comarca de São Paulo, não merece prosperar, primeiro porque a ação de falência tem regras próprias, a fixação da competência nas causas falimentares é disciplinada pelo que dispõe o art. 3º, da Lei 11.101/05, que está assim redigido:

"É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil".

Segundo porque a agravada estaria defendendo o seu interesse de ver as ações que guardam relação com os contratos em questão, julgadas pelo foro da Comarca de São Paulo, o que ocorre com a interposição da presente exceção de incompetência, nos termos das cláusulas de eleição de foro constante nos contratos.

Diante do exposto, nego provimento ao Agravo de Instrumento, revogando, por conseguinte, a liminar anteriormente deferida (fls. 143/145).

Por fim, julgo prejudicado o Agravo Regimental em apenso (274539-7/01).

É como voto.

Recife,

25-4-2013



Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



128

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
PROCESSO N.º : 274.539-7 (0009491-66.2012.8.17.0000)
TIPO: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE(S): INTERNACIONAL COMMODITY TRADE S/A
AGRAVADO(S): BANCO INDUSTRIAL E COMÉRCIO S/A
RELATOR: Desembargador BARTOLOMEU BUENO
VOGAL: Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

VOTO VISTA:

Com a emissão do voto Eminentíssimo Desembargador Relator, tive dúvidas quanto ao tema, razão pela qual pedi vista dos autos.

A insurgência manifestada pela companhia agravante cingi-se ao fato do togado de piso haver declinado da competência para processar e julgar ação possessória da qual é autora, em razão do foro de eleição constante de contrato mantido com o banco agravado.

Com efeito, as razões alinhadas na decisão que concedeu o efeito suspensivo concedido ao agravo não podem prosperar, haja vista que a agravante não se enquadra no perfil exigido pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC para que possa ser beneficiada com o manto protetivo da lei consumerista, razão pela qual a cláusula que estipula o foro de eleição é válida, não merecendo guarida os argumentos lançados na peça recursal.

Também não se mostra plausível o argumento de que a tramitação de feito na Comarca de São Paulo, possa inviabilizar a defesa dos interesses da agravante, eis que, uma empresa do seu porte



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

certamente não encontra qualquer obstáculo para contratação de advogados em qualquer Estado da Federação.

No tocante a litigância de má-fé, está não restou caracterizada a prática de qualquer ato atentatório a ordem processual, haja vista que o banco agravado ao promover uma ação de falência junto à 18ª Vara Cível da Comarca do Recife-PE, e uma ação possessória na Comarca de São Paulo, o fez em obediência a legislação específica em relação da demanda falimentar e fato de não ter comunicado o ingresso daquela ao juízo de primeiro grau, não pode ser entendido, como já dito, em ato contrário a ordem processual.

Nessa linha de entendimento, filio-me ao brilhante voto do Eminente Relator para negar provimento ao Agravo de Instrumento, cassando a proteção recursal antes concedida, bem assim em reconhecer, por via transversa, que o Agravo Regimental interposto pelo agravado restou prejudicado.

É como voto.

Recife, 15/8/13


Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 25 04 2013.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274539-7 – ESCADA.

AGRAVANTE : INTERNATIONAL COMMODITY TRADE S/A.

AGRAVADO : BANCO INDUSTRIAL E COMÉRCIO S/A.

RELATOR : DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO.

RELATÓRIO CONSTANTE DAS FLS. 158/159 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DAS FLS. 172/174 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Em resumo, não sei se deu para Vossa Excelência entender. É uma empresa aqui de Escada que fez um contrato com o Banco Industrial e Comércio, a International Commodity Trade S/A, e ela quer que a ação revisional desse contrato seja julgada em Escada, a sede, a contratante, quando o foro de eleição é em São Paulo e o banco quer que seja decidido em São Paulo. Ela alega que é uma relação de consumo, que ela é hipossuficiente em relação ao banco.

Ora, uma empresa faz um contrato de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a gente realmente tem superado essa questão do foro de eleição e temos até decidido em deslocar a competência para que o hipossuficiente possa se defender melhor, mas uma empresa desse porte... (interrompido)

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

E o banco tem advogado em todo lugar, não é?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

É. E a empresa também. São duas empresas grandes.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Qual é a empresa?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

É uma empresa que trabalha com commodity, com açúcar, produção de açúcar, essas coisas. Coisa grande, um contrato de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Então, tem que prevalecer o foro previsto no contrato. Nesse sentido, eu estou mantendo a decisão do juiz que declinou da competência, dizendo que o foro deveria ser o de São Paulo, que é o foro de eleição do contrato.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

O juiz deu de ofício?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Não. Foi na sustação de conflito, foi decidido dessa forma. Esse já é um agravo de instrumento na sustação de conflito. O juiz declinou de ofício.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Eu acho que deveria esperar pelo menos até que o banco tivesse (...) porque dois milhões para uma empresa dessa, pode ser muito, mas para o banco não é nada.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Sim. Mas não importa, importa é que o foro de eleição é o do contrato.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Se não obedecer ao foro que tem no contrato, o banco não empresta o dinheiro e nem faz a contratação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

O contrato é de adesão. Eu vejo assim: que realmente não há alegação de se invocar o Código de Defesa do Consumidor, porque não se trata de hipossuficiência nenhuma à empresa pequena. Agora, esse banco também a gente não pode chegar e castigar o banco porque é banco – banco não tem direito a nada.

182
Gm



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

O banco não pediu, foi o juiz que deu espontaneamente.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

O juiz decretou de ofício?

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

De ofício.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Deixe-me confirmar. Foi nos autos de uma exceção de incompetência.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Agora, não há uma ação de recuperação judicial, ou falência?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Não. Isso é como argumento que a empresa usa. Em outras circunstâncias, ela entrou com uma ação aqui de recuperação de falência na capital e que, por isso... (interrompido)

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Mas o foro é universal.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Mas o foro com relação à falência, ele é disciplinado de forma própria.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

A ação também é universal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Eu sei.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Não. Mas não é que exista uma ação de recuperação contra essa empresa, ele alega que o banco entrou com a recuperação judicial.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

É o que ela diz.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Onde é que tramita essa ação de recuperação?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Segundo a agravante, no caso, essa International Commodity, seria aqui na 18ª Vara Cível de Recife.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Então, é para aí que deve ir. A universalidade dessa ação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

É a universalidade do foro. Se isso é verdade... (interrompido)

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Eu não sei se essa falência ou essa recuperação se foi antes ou foi depois, eu não sei.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Mas se foi depois também é chamado, é convocado... (interrompido)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Mas essa questão não está aqui. Eu não posso saber se esse crédito deve ir para lá ou não deve. Eu vou entrar numa matéria que está fora dos autos.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Mandar para São Paulo ainda é muito pior, não é?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Não. São Paulo é o foro de eleição.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Em São Paulo não anda nada.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Mas aí eu não posso discutir se São Paulo não anda nada, eu estou discutindo o foro de eleição. Ele vai dizer tem uma falência que o foro é universal, remeta lá para (...), mas esse questionamento aqui foi uma ação que a Commodity entrou em Escada e vem o banco e diz: não, não é Escada, não, porque esse contrato tem o foro de eleição em São Paulo. Não estou discutindo se tem essa falência, ela é quem está dizendo que tem; a Commodity dizendo que ela entrou com essa falência, mas não tem prova nenhuma disso.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Des. Bartolomeu, Vossa Excelência poderia apenas me informar se esse Banco Industrial Comercial S/A tem agência lá na comarca de Escada? Se ele tiver... (interrompido)

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Não.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

É um banco de investimento, é o BIC, tem uma agência deles aqui na Agamenon Magalhães. É somente para emprestar dinheiro.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Mas nós não pudemos tirar da competência de Escada e jogar para Recife, porque Recife não é competente.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Não. Eu entendo que seria Escada.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Resumindo o meu voto, eu estou seguindo a literalidade da lei que diz que deve prevalecer o foro de eleição, salvo em situação excepcionalíssima é que você deve deslocar o foro de eleição. Eu não vejo essa situação, é uma empresa grande, um contrato de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que ela tem condições de mandar um advogado para São Paulo e resolver os seus problemas.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Eu só estou pegando essa ideia de Vossa Excelência e flexibilizando pelo o seguinte: se fosse um Bradesco da vida ou Banco do Brasil, quando eles querem, eles entram com a ação no município, mas quando é do interesse deles, eles dizem que é de São Paulo. Mas se esse banco não tem agência lá na cidade, e está fora de eleição, não se trata de empresa pequena nem hipossuficiente, paciência, eleger o foro e aceitou. Agora, se tivesse agência lá, não tinha sentido o banco querer arrastar para São Paulo.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

É um banco de investimento e o contrato é de adesão.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Assim, essas cláusulas de eleição de foro contra banco, não teria valor nunca.

184
GMV



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Todo contrato de empréstimo, de compra de carro, de casa é um contrato de adesão, então, não teria mais foro de eleição. Pronto. Acaba o foro de eleição. A lei existe para ser cumprida. A lei só pode ser descumprida, entre aspas, em situações excepcionais que justifiquem um julgamento *contra legem*. Eu não vou estar julgando *contra legem* todo dia.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Vossa Excelência permite que eu peça vista?

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Pois não. Vossa Excelência não precisa de permissão para pedir vista, Vossa Excelência tem direito regimental de pedir vista.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Eu peço vista.

DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO (RELATOR)

Vossa Excelência aguarda ou quer adiantar o voto? Só está convocado para esse. Então, Vossa Excelência pode votar.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Eu acompanho o entendimento de Vossa Excelência.

DECISÃO:

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. SÍLVIO BELTRÃO, APÓS O VOTO DO RELATOR ACOMPANHADO DO DES. AGENOR FERREIRA EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. EDUARDO SERTÓRIO, QUE NEGAVA PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, REVOGANDO A LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA E JULGAVA PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL EM APENSO".



185
Gur

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - 15.08.2013

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274539-7 - ESCADA

AGRAVANTE: INTERNATIONAL COMMODITY TRADE S/A.

AGRAVADO: BANCO INDUSTRIAL E COMÉRCIO S/A.

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. SÍLVIO BELTRÃO EM SESSÃO DO
DIA 25/04/2013.

O VOTO VISTA DO DES. SÍLVIO BELTRÃO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 178/179
DOS AUTOS.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE
INSTRUMENTO, REVOGANDO A LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA,
JULGANDO PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL".
